

PERCEPÇÃO AMBIENTAL NO PROGRAMA DE GRADUAÇÃO DE PROFESSORES (PGP/UNEAL/FADURPE): RESULTADOS PRELIMINARES PARA O CURSO DE PEDAGOGIA DO CAMPUS II.

ALVES, Márcia Brito Nery; ALVES, Carley Rodrigues

Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), Av. Governador Luiz Cavalcante, s/n - CEP 57312-270 – Arapiraca/AL,
e-mail: marcia.bna@gmail.com

Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Av. Manoel Severino Barbosa, s/n - , CEP: 57309-005 – Bom Sucesso –
Arapiraca/AL, e-mail: carley.ufal@gmail.com

RESUMO

A percepção ambiental é extremamente necessária ao processo educativo. É a partir das relações e das representações sobre o espaço, que cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente às suas ações sobre o meio. As respostas ou manifestações são resultado das percepções, dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas. Neste trabalho discute-se a contribuição das aulas de campo como uma ferramenta para uma abordagem orientada ao desenvolvimento da percepção ambiental, tendo como referência empírica as atividades desenvolvidas com os alunos do Programa de Graduação de Professores (PGP), do Campus II - Santana do Ipanema, da Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), relacionadas à disciplina Metodologia do Ensino de Geografia. Numa aula de campo convencional, geralmente, ao chegarem ao local determinado, uma leitura visual é sugerida com base nas imagens e representações pré-concebidas dos alunos, para, logo em seguida, ser proposta uma nova leitura, *vis-à-vis* o aprendizado das categorias da geografia. No entanto, na abordagem metodológica que adotamos, procuramos desenvolver a percepção do espaço privando temporariamente os alunos dos sentidos da visão e da fala. Ao analisarmos os resultados das experiências com as aulas de campo, concluímos que as mesmas tem potencial para complementar o conhecimento produzido em sala de aula, instigando a percepção dos alunos e permitindo o despertar de uma consciência ambiental.

Palavras-chave: percepção ambiental, educação ambiental, aula de campo, formação de professores, Santana do Ipanema/AL.

RECONSTRUINDO CAMINHOS METODOLÓGICOS

O planejamento é um passo decisivo para uma aula de campo bem sucedida. A motivação é um fator natural para a realização plena do processo de ensino/aprendizado, constituindo-se em um fator metodológico para a realização de aulas de campo, enquanto atividade prática. A escolha dos lugares que serão visitados é feita de comum acordo entre professor e alunos, observando a viabilidade do projeto. As questões teóricas levantadas em sala de aula, relacionadas ao estudo do espaço, do território, questões econômicas, políticas e sociais, são confrontadas com as paisagens vivenciadas por ocasião da realização da aula de campo.

As informações coletadas na aula de campo, por meio de um mapa de observação do tipo check-list, procuram sistematizar dados do meio físico, tais como: assoreamento, eutrofização, desmatamento de margens, queimadas, redução da biodiversidade, poluição, represamento de cursos d'água, captação de água, nascentes, rebaixamento de lençol freático, exploração mineral, erosão, perda de fertilidade do solo, mudança climática, resíduos sólidos, entre outros. Também são coletadas informações sócio-econômicas, como moradia, água encanada, energia elétrica, esgotamento sanitário, patrimônio cultural, assistência médica, escolas, postos de saúde, policiamento, feiras livres, entre outras.

Por outro lado, esta perspectiva metodológica leva a observar o que está “no lugar” e o que está “fora do

lugar”, ampliando as possibilidades cognitivas relacionadas à percepção ambiental. Ao final do *tour* pelo Campus, os alunos são convidados a elaborar um mapa mental, representando o percurso percorrido, e as características das diversas imagens que se descortinaram na narrativa descritiva do professor e que se convertem em lugares na medida em que são recriados mentalmente.

Para Tuan (1975) os mapas mentais nos preparam para comunicar efetivamente informações espaciais. Estes tornam possível ensaiar comportamentos espaciais na mente, revelando-se enquanto dispositivos de memória. Dessa forma, quando se deseja memorizar eventos, pessoas e coisas, eles ajudam a saber sua localização. Como mapas reais, os mapas mentais são meios de estruturar e armazenar conhecimento, eles são mundos imaginários, porque permitem retratar lugares muitas vezes não acessíveis para as pessoas.

Neste sentido, é importante destacar que os mapas mentais estão relacionados às características do mundo real, ou seja, não são construções imaginárias, de lugares imaginários, mas são construídos por sujeitos históricos reais, reproduzindo lugares reais, vividos, produzidos e edificados materialmente. Ao se estudar os mapas mentais produzidos pelos alunos não se revelam *à priori* categorias acadêmicas ou artísticas, devendo-se interpretá-los como uma forma de comunicação. (COSTA, 2008, p.43).

Na educação básica, utiliza-se os mapas mentais, com objetivo de avaliar a percepção que os indivíduos tem do espaço onde estão inseridos. Desta forma, os mapas mentais correspondem aos desenhos realizados por indivíduos representando, a seu modo, o seu espaço vivido. (ALVES; ELÓY; PEREIRA, 2009). Para interpretação e análise dos mapas mentais elaborados pelos alunos, levamos em consideração o esforço de produzir uma imagem artística, o que revela um *dégradé* natural que é fruto da capacidade individual e do talento artístico.

Ao determinar como parâmetro de interpretação a forma de representação dos elementos na imagem, realiza-se uma classificação de ícones, pela representação da paisagem natural, construída, vivida, elementos humanos e móveis; também as palavras que complementam as representações gráficas e, por fim, os mapas (mentais) que conformam uma representação gráfica do espaço. Podendo ainda aparecer outras formas de representação que serão analisados de acordo com a temática desenvolvida. (KOZEL, 2001).

Os alunos, agora como “atores ambientais”, terão nas mãos a oportunidade de propor soluções para os problemas encontrados, ações e medidas de preservação e conservação do ambiente visitado. Ao término da aula de campo, a turma que acompanhou animada e atenta as instruções pré-estabelecidas, ressignificam a atividade de percepção ambiental, através de fotografias, desenhos, murais em tecido e seminários envolvendo outras turmas, neste caso, a transmissão dos conhecimentos adquiridos durante a aula de campo ganha novas dimensões, ampliando suas fronteiras. O envolvimento de toda turma nas atividades da aula de campo também recriam dimensões relacionadas ao trabalho em equipe, construindo um sentimento de dependência que, até o final das atividades, se traduz em sentimento de interdependência.

RELEVÂNCIA DA PERCEPÇÃO AMBIENTAL NA ATUALIDADE

Os problemas ambientais, assistidos nas últimas décadas, nos alerta para os diferentes modos que os indivíduos se relacionam com o meio natural e de que forma a natureza vem respondendo pela acelerada degradação que passou a sofrer desde a Revolução Industrial até os dias atuais. É consensual a ideia de que é através da educação que se pode dar um passo importante neste processo de transformação e resgate de valores para o cuidado e preservação do meio ambiente em seu sentido mais amplo.

As preocupações com o meio ambiente vêm tendo importância mundial e os esforços para a busca de soluções imediatas dão origem a diversas iniciativas, estando entre estas, a Educação Ambiental enquanto possibilidade para se atingir as sociedades humanas para um novo pensar e um novo agir de forma a promover um processo de relações mais harmônico entre a humanidade e a natureza.

Essas preocupações vêm sendo ratificadas, nas últimas décadas por um conjunto de práticas sociais voltadas para o meio ambiente, instituindo tanto no âmbito das legislações e dos programas de governo quanto nas iniciativas de diversos grupos ecológicos, levando a regulamentação de práticas e ações a serem desenvolvidas na esfera educativa. Dentre estas iniciativas norteadoras, é importante direcionar as análises

em nível mundial para os acordos firmados através das diversas conferências realizadas no mundo, e em nível nacional para a legislação vigente, apontando para o Artigo 225 da Constituição Federal de 1988, a Política Nacional de Educação Ambiental e os Parâmetros Curriculares Nacionais, enquanto políticas ambientais relacionadas à conscientização da crise ambiental que demandam crescentes enfoques para superação de questões urgentes e complexas e que requer um conhecimento mais detalhado para que se possa atingir o sistema educativo como um todo.

Nesta perspectiva, a Educação Ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas em uma mudança de comportamento, que leve o indivíduo a desenvolver uma nova consciência para participar ativamente do meio em que está inserido, de forma a garantir um ambiente saudável para as gerações atuais e para as gerações futuras.

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A abordagem da educação ambiental vem adquirindo, uma nova e crescente presença no campo da educação. Em tempos em que a informação assume um papel cada vez mais relevante, a educação representa a possibilidade de promover a sensibilização das pessoas para transformar a sua capacidade de participação na defesa do meio ambiente e atuar como agente social responsável pela qualidade de vida no planeta.

Tais fatos conduzem a uma necessária reflexão sobre os desafios que estão constituídos para mudar as formas de pensar e de agir, considerando que vivemos em uma sociedade capitalista, de consumo acentuado e que os hábitos e costumes incorporados, fazem do processo de apropriação da natureza cada vez mais intensificado, tornando o meio ambiente diretamente ameaçado e afetado pelos danos cada vez mais notórios. O maior desafio consiste, portanto, em formar novos hábitos e intensa mobilização para assumir o compromisso com a sustentabilidade, considerando a complexidade das relações sociais e naturais que a sociedade humana vivencia.

O atual modelo de sociedade apresenta uma contraditória relação que se consubstancia numa crise de valores, em que os imaginários sociais se manifestam em toda sua plenitude nos espaços internos e externos do sujeito, criando condutas sociais que se visualizam na degradação ambiental e na produção de riscos que compromete a qualidade de vida das pessoas.

Estas reflexões direcionam para a visão de perceber a Educação Ambiental como um elemento fundamental para a mudança de comportamento, visando à formação da cidadania e que inclui um processo de formação com embasamento num compromisso ético. Isso requer uma prática pedagógica estruturada em uma perspectiva que transcenda as fronteiras do interesse individual e atinja um patamar de âmbito político coletivo, o que não significa que o indivíduo não seja reconhecido pela sua singularidade, mas que junto com outros indivíduos constituem uma sociedade e que devem ter assegurados sua qualidade de vida.

O maior desafio consiste assim, no direcionamento de uma prática educativa que possa promover a mudança para uma nova forma de pensar e agir numa perspectiva da contemporaneidade, o que demanda uma necessária articulação entre o novo saber construído e às exigências do mundo moderno.

Entende-se assim que, não se trata apenas de construir uma série de saberes, mas fundamentalmente de pensar de outra maneira sobre os problemas que se apresentam no cotidiano, estabelecer vínculos e conexões para tornar significativo o processo de aprendizagem, afirmando a condição de existência da educação ambiental na prática e para a prática.

BASES LEGAIS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A dimensão ambiental vem sendo marcada, nas últimas décadas por várias manifestações de preocupações das diversas partes do mundo. A humanidade visualiza uma série de problemas, provocados pela acumulação do capital e que passa a despertar iniciativas de vários segmentos, tendo em vista a adoção de medidas de recuperação e conservação do meio ambiente. Os movimentos ambientalistas se organizam e com um discurso embasado nas novas descobertas científicas mobiliza a sociedade civil que passa a exigir dos governantes políticas para preservação ambiental.

Neste contexto são realizadas conferências internacionais, que desencadearam uma série de acordos, como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo (1972), onde é produzida a Declaração sobre o Ambiente Humano e o Plano de Ação Mundial e definindo pela primeira vez, a importância da ação educativa nas questões ambientais. Em 1975 é realizada a Conferência de Belgrado, criando-se o PIEA – Programa Internacional de Educação Ambiental. A Conferência de Tbilisi (Geórgia 1977), foi a primeira conferência inter-governamental e que dá ênfase a Educação Ambiental enquanto prática necessária para a participação dos indivíduos nos problemas ambientais. A Conferência de Moscou (1987) vem consolidar as recomendações das duas conferências anteriores da UNESCO, concluindo-se pela necessidade de introduzir a Educação Ambiental nos sistemas educativos dos países.

A Conferência Rio 92, que representou um grande marco nos direcionamentos das políticas para o meio ambiente, aprovando cinco acordos oficiais internacionais e gerou documentos importantes que vem dar suporte a várias ações por todo o mundo: a Agenda 21 Global, a Carta da Terra, os estudos da Convenção sobre diversidade Biológica e da Convenção sobre Mudanças Climáticas. Entre os Tratados firmados um foi exclusivamente sobre Educação Ambiental: O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

A Conferência Rio + 10 ocorrida em 2002 na África do Sul, foi outro importante encontro de várias nações do mundo, para discutirem a problemática ambiental, produzindo-se aí a Declaração Política pela Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável. Nesta conferência a maioria das nações do mundo ratificou sua adesão ao Protocolo de Kioto, que visa conter a emissão de gases poluentes e o efeito estufa. A Ampliação dos recursos do Fundo Ambiental Global, que colabora com projetos educativos e ambientais em todo mundo, foi outra decisão firmada.

No Brasil, apesar das discussões ainda não atingirem o patamar esperado em termos práticos para a Educação Ambiental, podemos considerar alguns avanços no que se refere à legislação vigente. A Política Nacional do Meio Ambiente, criada pela Lei Federal No 6.938/81 vem declarar que a Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (Manual Metodológico, 2003). Dessa forma, passando a pressupor a obrigatoriedade dos sistemas de ensino em oferecer a Educação Ambiental.

A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 225, ao consagrar o Meio Ambiente ecologicamente equilibrado como um direito do cidadão, estabeleceu vínculo entre qualidade ambiental e cidadania, evidenciando que trata-se não apenas de estudar determinados conteúdos, mas sobretudo estabelecer novas relações com os recursos que a natureza oferece, exigindo a garantia dos governos federal, estaduais e municipais. (BRASIL, 1998, p.181).

Para oferecer suporte à educação formal, em 1998, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) definiram as orientações para o trabalho com o Meio Ambiente, trazendo a discussão da necessidade em se estabelecer parâmetros que vislumbassem, não apenas a construção de conhecimentos, mas a mudança de mentalidade, ou seja, ao desenvolvimento de uma consciência ambiental.

CIDADANIA: MUDANÇA DE VALORES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Cidadania implica a posse de direitos civis, políticos e sociais. Tem a ver com a consciência do sujeito de pertencer a uma coletividade e também com a consciência de possuir uma identidade individual e coletiva. A educação ambiental como formação ou exercício de cidadania relaciona-se a uma nova maneira de encarar a relação homem/natureza. O conceito de natureza passou a incluir os seres humanos que são seres sociais e históricos, e o conceito de homem passou a incluir a biofísica, em uma perspectiva de universalização da natureza.

Na educação ambiental, fundamentados em pressupostos éticos, existem outros componentes importantes como o diálogo, o respeito à diferença, a interdisciplinaridade, a discussão disciplinar, o desenvolvimento sustentável, dentre outros. Como em qualquer tarefa educativa, o diálogo é uma concepção metodológica que fundamenta e especifica o trabalho com educação ambiental, tornando possível e viável o respeito à

diferença que é pré-requisito da interdisciplinaridade.

A interdisciplinaridade reconhece que nenhum especialista ou educador detém o conhecimento da totalidade e que no processo de aprendizagem e de descoberta científica, existe um lugar importante para a incerteza e para a insegurança, o que implica na necessidade de desconfiar das certezas retificadas. O que importa é ousar, ser criativo e trabalhar dialogando, reconhecer a humildade do saber, a possibilidade de se trabalhar em equipe. É na articulação desses três pilares básicos – diálogo, respeito à diferença e interdisciplinaridade, que se fundamenta o trabalho de educação ambiental.

De forma complementar, é impossível a uma única ciência explicar a complexidade do meio ambiente. Deve valorizar-se todos os saberes. Diferentes profissionais devem aprender a trabalhar juntos. Essa consciência deve nos tornar mais humildes e dispostos ao diálogo, abandonando atitudes de supremacia e prepotência.

O objetivo de formar cidadãos de acordo com Tratado Internacional de Educação Ambiental, só pode ser alcançado por meio de uma prática contínua que acompanhe toda a vida do indivíduo. Embora tenha havido um incremento na sensibilidade ou consciência ecológica, a construção da cidadania envolve a consecução de políticas claramente definidas e discutidas entre os vários segmentos envolvidos da sociedade civil e política. Apesar de sua importância ter sido reconhecida na Constituição do Brasil, é notória, a ausência das esferas federais, estaduais, municipais como articulador, coordenador ou promotor de ações de educação ambiental, não assumindo sua função na discussão e definição de uma política de educação ambiental.

A universidade também tem um papel importante na formação ambiental dos profissionais que está colocando no mercado, devendo incorporar a dimensão ambiental nos seus objetivos conteúdos, metodologias. Espera-se que esses profissionais sejam capazes de trabalhar em grupos multidisciplinares e em ações interdisciplinares, através de uma leitura abrangente, global, holística, sistêmica e crítica da realidade.

Desenvolvendo os sentidos para a educação ambiental

A percepção humana reflete os modos de sentir, pensar e fazer de diferentes sociedades e culturas . A sociedade contemporânea, sobretudo marcada pelos padrões de produção e de consumo ligados ao capitalismo moderno, produz dimensões de crise de uma identidade, que se traduz nos indivíduos incapazes de se relacionar com seus lugares de pertencimento e, de forma mais ampla, de se relacionar plenamente com natureza. Neste sentido, Alves (1995, p.12-13) afirma que:

[...] nos discursos dominantes, o tempo e o espaço do sentir passam, cada vez mais, ao ritmo industrial. [...] Onde estão os nossos ritmos naturais básicos (a respiração, o peristaltismo, o batimento cardíaco, os movimentos corporais), nosso contato com os ritmos gerais da natureza (o sol, a lua, as marés, as estações climáticas) e com os ritmos sociais (os rituais que marcam a passagem pelos diversos estágios da vida coletiva e a relação cultura-natureza, por exemplo), neste universo onde o tempo e o espaço estão cada vez mais comprimidos e fragmentados?

Dessa forma, o ser humano passa a perder cada vez mais o contato com a natureza. A relação sociedade/natureza se processam de forma desnivelada, e, dessa forma, a natureza reflete a dimensão subordinada da relação, limitada ao meio físico, sendo representada ora como o selvagem, ou seja, fora de qualquer contato e convívio humano, ou ainda com uma visão romântica de natureza dócil, intocada, em constante equilíbrio. (TUAN, 1980, p. 125).

O despertar da consciência ambiental é um passo imprescindível rumo ao desenvolvimento da percepção ambiental. Em sua *práxis pedagógica* o professor deve estar disposto e ser capaz de estimular novos sentidos da percepção ambiental, o que passaria a influenciar diretamente a construção da percepção ambiental no alunado, em sua maneira de compreender os fenômenos naturais e os problemas que estão relacionados a conservação do ambiente.

A experiência que pudemos realizar no Campus II da UNEAL, em Santana do Ipanema, com alunos de duas turmas (B e D) do Programa de Graduação de Professores (PGP) foi um momento ímpar, no qual se colocou

em prática uma metodologia que estamos procurando consolidar cada vez mais em nossa prática docente. Os resultados obtidos reafirmam a nossa sensação de que estamos no caminho certo, ou seja, no caminho da construção de valores ambientais fundamentais para o desenvolvimento da percepção ambiental.

Nas páginas seguintes, uma série de fotografias (fotografias 1, 2 e 3) revelam todas as etapas das atividades realizadas com as turmas do PGP. Na prática, uns após os outros, os alunos são vendados e a partir do momento em que perdem temporariamente a visão, também são convidados a ficarem mudos. Na ocasião, guiados pelo professor e por alguns assistentes, sugere-se aos alunos sentirem o ambiente e tentarem se tornar parte dele por alguns instantes. A partir deste momento o professor passa a descrever a paisagem, sugerindo aos alunos recriarem mentalmente uma imagem a partir da descrição que esta sendo feita.

Ao descrever a paisagem o professor valoriza os mínimos detalhes, permitindo que a imaginação dos alunos reconstrua novas imagens a partir das paisagens cotidianas da Universidade e do entorno do Campus. Tanto elementos naturais como árvores, grama, flores, solo etc, quanto elementos humanos como as construções, passeios, bancos, etc, são apresentados detalhadamente. Os olhos vendados possibilitam o desenvolvimento da percepção, aguçando os demais órgãos do sentido, como a audição, o olfato e o tato.

Ao final da aula de campo, já em sala de aula e desvendados, os alunos passam a relatar as sensações e experiência que extraíram da atividade desenvolvida. As sensações relatadas são bastante variadas e refletem a subjetividade e a relatividade como cada um dos alunos reage frente ao inusitado que se oculta no lugar que por alguns instantes se converte em espaço, enquanto se esta desprovido dos sentidos habituais. Neste sentido, Tuan (1983, p.61) reflete as características distintivas entre espaço e lugar. Para o autor, o espaço é aberto, livre, amplo, vulnerável e provoca medo, ansiedade, desprezo, sendo desprovido de valores e de qualquer ligação afetiva. Já o lugar é fechado, íntimo e humanizado.



Fotografia 1: Na sala de aula todos os alunos são convidados a suprimirem temporariamente alguns órgãos do sentido.



Fotografia 2: Segurados uns nas mãos dos outros os alunos são dispostos em filas e conduzidos para os pátios da universidade.



Fotografia 1: Vários são os ambientes que os alunos são guiados, ambientes abertos, escuros, claros, para que experimentem várias sensações.

Após o percurso realizado em diferentes ambientes, contando com diversos obstáculos, os alunos são reconduzidos a sala de aula e são convidados a expressarem, agora já sem as vendas, as sensações e percepções experimentadas durante as atividades. As falas expressaram sensações diversas, para alguns de prazer outros de medo. Muitos relataram que a retirada de alguns dos órgãos do sentido estimulou a utilização de outros, como o tato, audição e o olfato. Por fim, para testar a percepção solicitou-se dos alunos que desenhassem o percurso realizado através de um mapa mental, sendo distribuída para este fim uma folha de papel ofício para cada um. Os mapas (fotografias 4 e 5) confirmaram a singularidade das percepções. Em alguns mapas notou-se um nível de detalhamento bastante minucioso do percurso realizado. Em outros casos, representações aéreas, de cima para baixo; representações bidimensionais; tridimensionais; e, ainda representações com escalas desproporcionais.



Fotografia 2: Mapa mental com muitos detalhes, onde se pode observar até mesmo uma legenda.



Fotografia 3: Neste mapa mental, o aluno espelhou as salas de aula da parte inferior em relação às salas da parte superior do desenho, revelando uma visão aérea da paisagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento da sociedade contemporânea revela-se permeado de relações conflitantes e contraditórias, cujas ações se revertem em degradação ambiental, o desafio posto a toda a coletividade é modificar racionalmente seus hábitos e fomentar responsavelmente a sustentabilidade. Neste contexto, se insere a educação ambiental enquanto possibilidade de promoção de mudança de mentalidade da humanidade, rumo a um novo pensar e um novo agir, onde a relação homem/natureza se desenvolva de forma harmônica, evidenciada por um conjunto de práticas sociais que resgate os cuidados com o meio ambiente como um todo, onde o ser humano se consolide enquanto elemento primordial desse processo, visto que ele, concomitantemente, destrói e reconstrói a paisagem que o cerca.

Assim, um trabalho alicerçado em objetivos, conteúdos e metodologias que se desenvolvam de maneira dinâmica e articulada, por meio do diálogo, do respeito às diferenças e da interdisciplinaridade, fará da Educação Ambiental um meio exequível para informar e formar cidadãos conscientes de sua condição de membro, e portanto, interdependentes uns dos outros, que sejam comprometidos com a coletividade. O direito à cidadania, através de um ambiente ecologicamente equilibrado, é possível, não obstante condicionar-se ao dever de promover, formal e informalmente, ações comprometidas com a natureza e com os recursos naturais que ela, a todos, disponibiliza.

Pensar global e agir local é uma máxima que deve ser aplicada no cotidiano do profissional em educação, visando inserir em sua *práxis pedagógica* ações pró-ativas na direção de favorecer uma reflexão sobre os problemas vivenciados nas comunidades onde atuam. Segundo Marques (2002, p.109):

A necessidade de ações voltadas para o desenvolvimento e a inclusão social no Brasil se põe no campo da mesma forma que para a cidade. [as populações] vivem numa condição de constante instabilidade, deslocando-se entre o espaço rural e o espaço urbano a procura de melhores condições de vida.

A ênfase do autor na melhoria das condições de vida das populações reforça a necessidade de ações concretas direcionadas, sobretudo, para a realidade de comunidades carentes e excluídas, sobre vários aspectos, do circuito capitalista de produção e consumo. Estas populações são frágeis e normalmente carecem de informações alternativas que possam preservar ou reconstruir os vínculos do homem com o meio, os quais estão sendo destruído de forma acelerada por toda uma conjuntura explicável somente através de uma análise pormenorizada do modo de produção capitalista.

Com a realização das aulas de campo as múltiplas realidades vivenciada no cotidiano dos alunos, que por vezes passam despercebidas, despertaram o senso crítico levando o alunado a um envolvimento que é extremamente necessário à busca por soluções, reconhecendo as potencialidades e fragilidades do lugar, considerando-se as atividades econômicas tradicionais e as mais recentes e suas implicações sobre os recursos naturais e humanos.

Espera-se que a realização de aula de campo, desde as séries iniciais até o nível superior, possa ser uma ferramenta na busca por condições de construção do sentimento de pertencimento ao lugar e de reconstrução dos laços fraternos e afetivos entre os entres homens, laços necessários a manutenção da qualidade de vida da coletividade. A avaliação da aula de campo, leva os alunos a sistematizar informações, identificando os problemas e propondo as possíveis soluções a curto, médio e longo prazo, ao realizarem um perfil sócio-ambiental e econômico, que também é capaz de revelar o modo e a qualidade de vida das populações, propondo assim alternativas para uma utilização mais racional e sustentável dos recursos naturais.

Pretende-se, por fim, enfatizar a importância da educação ambiental e da aula de campo, visando ampliar nos alunos a percepção ambiental, ou seja, lançando as condições necessárias a uma redescoberta de valores humanos perdidos, *vis-à-vis* a construção de uma ética planetária. Este processo, ao ser consolidado, levará a mudanças de atitude no que diz respeito à preservação e conservação do patrimônio humano e natural, repercutindo na qualidade de vida das gerações futuras.

REFERÊNCIAS

- ALVES, D. **Sensopercepção em ações de educação ambiental**. Série Documental: Antecipações, n. 7. Brasília: Inep, 1995. Disponível em: www.qprocura.com.br/dp/22204/Sensopercecao-em-acoes-de-educacao-ambiental.html. Acesso em: 30 de outubro de 2008.
- ALVES, M. B. N.; ELÓY, C. A. S.; PEREIRA, M. A. S. **Desenvolvendo os sentidos para a educação ambiental: Atividades praticas no ensino fundamental**. Anais do Encontro de Geógrafos da América Latina, 2009. Disponível em http://egal2009.easypanners.info/.../8401_Brito_Nery_Alves_Marcia.pdf. Acessado em 12 de Dezembro de 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- COSTA, J. C. de O. **Representação cartográfica em trabalhos de geografia no estado da Bahia**. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Dissertação em Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia, Janeiro de 2008. Disponível em http://www.posgeo.ufba.br/disserta%C3%A7oes/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Jo%C3%A3o_Carlos_de_Oliveira_Costa.pdf. Acessa- do em 18 de Janeiro de 2010.
- KOZEL, S. **Das imagens às linguagens do geográfico: Curitiba a “capital ecológica”**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo – USP: São Paulo, 2001.
- MANUAL METODOLÓGICO – **Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social**. Salvador, 2003.
- MARQUES, M. I. M. **O conceito de espaço rural em questão**. Revista Terra Livre. São Paulo: AGB, ano 18, volume 19, julho de 2002.
- TUAN, Yi-Fu. **Ambigüidade nas atitudes para com o meio ambiente**. Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, IBGE, 245 (33): 5-23, 1975.
- _____. **Topofilia**. São Paulo: Difel, 1980. 288 p.
- _____. **Espaço e Lugar**. São Paulo: Difel, 1983.